

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STJ julga ações de Flávio e Queiroz 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Defesa de Lula apresenta ao STF novos diálogos da força-tarefa 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma em movimento 5

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

O teto não é o vilão (3) 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxando os super-ricos - JOEL PINHEIRO DA FONSECA 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira quer votar autonomia do BC para dar sinalização ao mercado 8

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Por auxílio, CPMF pode voltar com duração limitada" 10

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil irá na contramão do mundo se reduzir imposto sobre diesel, alertam ambientalistas
..... 12

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasolina já passa de R\$ 5 15

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O alerta da história (2) 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prioridade perversa (3) 20

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Depois da alta, saldo da poupança começa a cair (3) 21

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

(Falta de) qualidade do serviço público - ANA CARLA ABRÃO 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro insiste que Estados alterem o ICMS 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Por mercado, Câmara vota independência do BC	25
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Para ajustar o foco - RAUL VELLOSO	27
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Alta dos combustíveis pesa no custo de vida	29
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
A independência do Banco Central (3)	30
ESTADO DE MINAS - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Comida com preço salgado	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Aqui jaz a Lava Jato - GUILHERME BOULOS	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Campanha quer imunizar todo o país via SUS até setembro	33
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Dificuldade de conter a covid-19 atrasa a retomada da América Latina, diz FMI	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER POLÍTICA	
Amigo de Bolsonaro exonerado por voo da FAB volta ao Planalto	35
O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA POLÍTICA	
Bolsonaro afirma que Onyx vai para a Secretaria-Geral	37
O GLOBO - RJ - PAÍS POLÍTICA	
Agricultura entra na mira do Centrão para reforma ministerial	38
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL POLÍTICA	
Bolsonaro fala em "linha de corte" para volta de auxílio	40

STJ julga ações de Flávio e Queiroz

RENATO SOUZA

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julga, hoje, três ações apresentadas pela defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) e um habeas corpus que trata da prisão preventiva do ex-assessor Fabrício Queiroz. As ações apresentadas pelos advogados do parlamentar questionam métodos e informações utilizados nas investigações que apuram se ele estava à frente de um esquema de rachadinhas na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

Os procedimentos que estão sendo questionados resultaram na denúncia oferecida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) contra Flávio, Queiroz e outras 15 pessoas. No processo, a defesa do senador questiona os fundamentos que autorizaram a quebra de sigilo do cliente. Em outro recurso, os advogados questionam a legalidade do compartilhamento de dados entre o antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), ligado à **Receita Federal**, e o Ministério Público.

Queiroz está solto em razão de uma decisão liminar deferida pelo ministro Gilmar Mendes, em agosto do ano passado. O ex-auxiliar de gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro foi preso em julho, por determinação do juiz Flavio Itabaiana, da 27ª Vara Criminal do Rio de Janeiro. O magistrado viu indícios de que Queiroz e a mulher, Márcia Aguiar, estavam agindo para interferir nas investigações.

No entanto, durante um plantão judiciário, o ex-presidente do STJ, João Otávio Noronha, revogou a prisão, alegando que Queiroz fazia tratamento contra o câncer. O ministro também mandou Márcia para casa, mesmo ela tendo sido declarada como foragida dias antes. Ao retornar do recesso, o ministro Félix Fischer, do STJ, determinou a volta para a prisão, afirmando que ele e a mulher "supostamente já articulavam e trabalhavam arduamente, em todas as frentes, para impedir a produção de provas e/ou realizar a adulteração/destruição destas".

Com a decisão de Gilmar Mendes, ambos voltaram para a prisão domiciliar. O entendimento da 5ª Turma pode manter Queiroz em casa ou mandá-lo de volta ao regime fechado.

Defesa de Lula apresenta ao STF novos diálogos da força-tarefa



Lewandowski: ministro recebeu mensagens em que procuradores cogitam pedir informações sigilosas à Receita

Luísa Martins

Uma nova leva de mensagens apreendidas pela Operação Spoofing indica que a força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba fez uma série de solicitações informais à **Receita Federal**. Apresentados ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os diálogos também mostram que a prisão do petista foi comemorada e ironizada pelos procuradores. A Segunda Turma julga hoje um recurso do Ministério Público Federal (MPF) contra o compartilhamento do material com os advogados.

No documento enviado ao ministro Ricardo Lewandowski, a defesa denuncia a prática do modelo "pesque e pague" de apuração, em que os procuradores pediam, informalmente, dados sigilosos à Receita, formalizando o pedido apenas depois, caso alguma informação viesse a lhes interessar. A prática foi declarada ilegal pelo STF em 2019.

Nas mensagens, os procuradores falam sobre requerimentos feitos ao então auditor fiscal Roberto Leonel em relação a mudanças de telefones de empresas dos filhos de Lula, a compras de plantas pela ex-primeira-dama Marisa Lécia e a aquisições de eletrodomésticos por parte dos seguranças do petista.

O então coordenador da força-tarefa, Deltan Dallagnol, incentiva o comportamento dos colegas. "Pede para o Roberto Leonel dar uma olhada informal", determinou a outro procurador, referindo-se à declaração de imposto de renda de um investigado.

As mensagens também revelam que o MPF consultava com frequência o então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro sobre atos dos processos envolvendo Lula, o que a defesa caracteriza como uma parceria indevida a ensejar a suspeição do ex-magistrado.

Os advogados acusam Moro de ter "absoluto controle" sobre a força-tarefa. Segundo os diálogos, o ex-juiz chegou a recomendar datas convenientes para novas operações policiais e a sugerir o encaminhamento de processos para outros países.

Em 2018, quando Moro expediu o mandado de prisão contra Lula após sua condenação em segunda instância no caso do triplex do Guarujá (SP), Dallagnol escreveu aos colegas, no Telegram: "Presente da CIA" - referência à agência de inteligência civil dos Estados Unidos.

A Segunda Turma do STF julga hoje um recurso da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a decisão de Lewandowski de compartilhar as mensagens da Spoofing com os advogados do ex-presidente. Na semana passada, o ministro tornou públicas as conversas interceptadas por um grupo de hackers.

Objeto de outro processo, o habeas corpus (HC) em que Lula pede a suspeição de Moro ainda não tem data para ser julgado. O ministro Gilmar Mendes, presidente da Turma, está com vista dos autos, após dois votos pró-Lava-Jato: os de Edson Fachin e Cármen Lúcia. Ele deve pautar o caso ainda neste semestre.

Em nota, os procuradores afirmam que as mensagens foram "deturpadas", que a força-tarefa "sempre seguiu a lei" e que os pedidos feitos à Receita foram a título de "cooperação". O Valor não conseguiu contato direto com Leonel. A Receita não quis se manifestar institucionalmente. Moro também não comentou.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Reforma em movimento

» JORGE VASCONCELLOS

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou que encaminhará à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, hoje, a proposta de reforma administrativa (PEC 32/20). A matéria foi enviada pelo Executivo ao Congresso em setembro do ano passado, mas atritos entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o então comandante da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), inviabilizaram o avanço das discussões.

Lira comentou o assunto pelas redes sociais. "Encaminharei amanhã (hoje) para a CCJ a reforma administrativa como o primeiro pontapé para a discussão dessa matéria. Estou me comprometendo a fazer a discussão e levar ao plenário", afirmou o parlamentar.

Em reação ao anúncio, o coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, deputado Professor Israel Batista (PV-DF), disse que, com entidades representativas do funcionalismo, vai entrar com mandado de segurança, no Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a suspensão da tramitação da reforma até que o governo apresente os relatórios que embasaram o texto da PEC. "Até agora não tivemos esses relatórios. Já tínhamos feito uma ação anterior, mas, como a reforma não estava tramitando, não tinha objeto para esse mandado de segurança -- e foi arquivado. Então, como o presidente vai colocar em tramitação, a gente, agora, vai entrar de novo com mandado de segurança pelas associações de representação do serviço público", disse Batista ao Correio.

O deputado acrescentou que pedirá a Lira que a frente parlamentar tenha espaço para participar dos debates sobre a reforma, tanto na CCJ quanto na comissão especial que analisará o tema. Batista disse, também, que a frente pretende promover um amplo debate público sobre o texto da PEC 32.

Restrições A proposta de reforma do Executivo restringe a estabilidade no serviço público - de Executivo, Legislativo e Judiciário, estados e municípios - e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. Segundo o texto, permanecerão estáveis os servidores das carreiras típicas de Estado, como magistrados, promotores e diplomatas, entre outros. As mudanças da PEC, porém, só valerão para aqueles que entrarem para o funcionalismo após a promulgação.

Os cargos de parlamentares, ministros de tribunais superiores, promotores e juizes ficam de fora das novas regras, por serem ocupados por membros de Poderes, que respondem a regras diferentes. Militares também não serão afetados por obedecerem a normas distintas. A PEC precisa ter a admissibilidade aprovada pela CCJ antes de seguir para a comissão especial a ser criada para o debate do tema.

O coordenador da Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa, deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), que é favorável que a reforma elimine os supersalários dos atuais **servidores públicos**, comemorou o envio da PEC para a CCJ.

"A tramitação da PEC 32/20 é uma ótima notícia. Há muito a fazermos para modernizar a administração pública brasileira, e só com a PEC em tramitação poderemos iniciar oficialmente o debate entre parlamentares, governo e sociedade para aprimorar e aprovar o texto enviado", disse o deputado, também pelas redes sociais.

O encaminhamento da reforma por Lira é simbólico, já que a CCJ e demais comissões da Casa não estão em funcionamento, por causa da pandemia. Embora a expectativa seja de que os trabalhos das comissões retomem depois do feriado de carnaval, a volta do funcionamento da CCJ vai depender da solução do impasse envolvendo a indicação da deputada Bia Kicis (PSL-DF) para presidir o colegiado mais importante da Câmara.

"Encaminharei para a CCJ a reforma administrativa como o primeiro pontapé para a discussão dessa matéria. Estou me comprometendo a fazer a discussão e levar ao plenário" Arthur Lira, presidente da Câmara STJ julga ações

O teto não é o vilão (3)

Não há dúvida de que o poder público deve se mobilizar para encontrar espaço no Orçamento para atender os milhões de brasileiros que perderam renda em razão da pandemia de covid-19. Junto com a vacinação em massa, a retomada do auxílio emergencial deve estar no topo das prioridades dos políticos e das autoridades em todas as esferas administrativas.

Não foi por outra razão, aliás, que os novos comandantes do Congresso manifestaram que a imunização e o socorro financeiro são suas únicas preocupações no momento. Já o governo de Jair Bolsonaro expressou reticências sobre uma nova rodada de auxílio emergencial, mas é questão de tempo até que suas reservas sejam superadas pela perspectiva de potenciais ganhos eleitorais, única motivação do presidente.

Assim, a volta do auxílio emergencial é apenas uma questão de tempo - e depende, sobretudo, da formulação de uma arquitetura financeira que não agrave a periclitante situação fiscal do País. Nesse aspecto, a suposta dificuldade de encontrar recursos em razão das limitações constitucionais, em especial o teto de gastos públicos, tem alimentado um discurso irresponsável que justifica a ruptura desse teto como um imperativo moral, ante a inegável necessidade de amparar milhões de cidadãos sob ameaça de fome.

Não é à toa que muitos dos que advogam essa ruptura são os mesmos que tudo fizeram e fazem - há tempos, desde antes da pandemia - para desacreditar o teto de gastos, atribuindo a essa restrição todos os males sociais do País.

Trata-se de uma questão absolutamente falsa.

É perfeitamente possível encontrar recursos, respeitando-se o teto, para atender os brasileiros ora necessitados. O presidente do Centro de Liderança Pública, Luiz Felipe D'Ávila, disse ao site Poder360 que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 147/2019, que elimina os chamados "penduricalhos" agregados aos vencimentos de funcionários públicos, por exemplo, já seria suficiente para implementar um auxílio de até R\$ 250. "Temos que aprovar a PEC dos Penduricalhos, que é o fim de privilégios absurdos da elite do funcionalismo público.

Isso tem um custo absurdo para a Nação.

Com esse superávit, podemos financiar o programa de

auxílio emergencial", disse D'Ávila.

Essa seria apenas uma das várias maneiras possíveis de manejar o Orçamento para o socorro aos necessitados sem desrespeitar o teto de gastos. O economista Marcos Mendes, em artigo no site Brazil Journal, apresentou nada menos que oito propostas. Uma delas seria direcionar parte das emendas parlamentares excepcionalmente para o pagamento do auxílio.

Soluções como essas, contudo, exigem habilidade e vontade política, pois seria necessário enfrentar a poderosa corporação do funcionalismo e também convencer os parlamentares a mudar a destinação de parte das bilionárias verbas a que têm direito para investir em seus redutos eleitorais. Como se vê, o obstáculo não é o teto de gastos, mas a acomodação da elite política em seus feudos de poder.

É preciso lembrar, sempre, que a responsabilidade fiscal é a garantia da preservação da maior conquista econômica brasileira desde a redemocratização: o controle da inflação, cuja manutenção em patamares civilizados estimula investimentos de longo prazo, mantém o poder de compra da moeda, permite a redução dos juros e, assim, ajuda a conservar o endividamento público em nível administrável - o que, por sua vez, mantém os preços comportados, num círculo virtuoso. Sem o teto de gastos, tudo isso desmorona.

Ademais, o teto de gastos é fundamental para o debate democrático sobre as prioridades do País. Ao estabelecer um limite para a despesa pública, o instrumento obriga os brasileiros a discutirem, por meio de seus representantes políticos, qual deve ser a destinação dos impostos arrecadados, com a consciência de que os recursos são finitos. Aqueles que não gostam de controle, que preferem manter os privilégios de quem se julga dono do Orçamento e que estão somente preocupados com o atendimento de seus interesses paroquiais imediatos continuarão a vilanizar o teto de gastos. Para esses, na prática, o teto só se aplica aos pobres.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Taxando os super-ricos - JOEL PINHEIRO DA FONSECA

JOEL PINHEIRO DA FONSECA

Ninguém gosta de impostos. Até o tema é desagradável. Num país como o Brasil, que paga mais impostos do que a média de países com renda e indicadores sociais similares aos nossos, aprendemos a ser automaticamente contra qualquer imposto ou taxa e a celebrar sempre que se anuncia uma redução. Essa reação automática, no entanto, nem sempre acerta.

Na semana passada, despertei a ira de alguns libertários da internet ao defender que os super-ricos - pessoas cujo patrimônio está nas dezenas de milhões de dólares- sejam mais taxados. Ou seja, que contribuam com uma parte maior de sua riqueza para o bem coletivo. E isso não foi à toa. Os chamados super-ricos, em qualquer país do mundo, contribuem muito pouco. Foi isso que levou Warren Buffett -um dos homens mais ricos do mundo- a afirmar, em 2011, que ele pagava menos imposto de renda que qualquer funcionário de seu escritório.

No Brasil, sabemos como a carga tributária é excessivamente pesada para os mais pobres e leve para os mais ricos. Tributamos muito o consumo, que é para onde vai a maior parte da renda dos mais pobres. Por outro lado, indivíduos ricos pagam pouco. Há muitos jeitos de começar a reverter isso: taxar lucros e dividendos, criar novas alíquotas do imposto de renda para rendas mais altas, imposto sobre herança. Globalmente, impostos sobre o patrimônio dos super-ricos -talvez implementados simultaneamente por várias nações, para reduzir a fuga de patrimônio- pode dar conta de captar aquilo que não foi tributado como renda.

Propor taxar alguém não significa ser contra sua existência. Nossas vidas são melhores graças à Amazon, à Tesla, à Microsoft e ao Google, empresas cujos donos hoje figuram entre os mais ricos do mundo. O mesmo vale para Magazine Luiza, Ambev, Havan e outras empresas brasileiras. Sem dúvida, um mundo em que as riquezas fossem simplesmente confiscadas e empresários de sucesso mantidos no mesmo nível econômico que um trabalhador comum teria muito menos empreendedorismo e inovação. A ambição individual é motor de crescimento. Mas é improvável que alguns milhões de dólares a menos mudassem os incentivos de um multibilionário. Aliás, já

sabemos que ricos não deixam de viver e declarar impostos em países que os taxam muito mais do que nós.

A escolha do tamanho do Estado é diferente da escolha de como ele será financiado. O Estado ser pequeno (menos de 30% do PIB em impostos, como a Austrália) ou grande (cerca de 45% na Dinamarca) não implica diretamente em saber se essa carga tributária será distribuída de forma justa e eficiente pela população.

A reforma tributária em discussão no Congresso toca no objetivo importante de simplificar nossa carga, sem o que o Brasil não terá muita esperança de crescer e competir globalmente. Restará ainda reformular a distribuição dessa carga. Nesse momento, qualquer dogmatismo está fora de lugar. Assim como medos de que qualquer imposto sobre os ricos terá efeitos cataclísmicos.

A pandemia, além da perda trágica de vidas, causou também a perda de emprego e renda para milhões de pessoas. Muitas das pessoas mais ricas do mundo, contudo, ficaram ainda mais ricas. Só Elon Musk aumentou seu patrimônio em mais de US\$ 150 bilhões. Fora da utopia anarquista, impostos sempre vão existir. A questão é quanto cada um vai pagar. Você é favorável a aumentar os impostos dos mais pobres para que pessoas como ele continuem pagando menos? É isso que está em jogo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

32

Lira quer votar autonomia do BC para dar sinalização ao mercado

Danielle Brant, Larissa Garcia e Bernardo Caram

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), chegou a um acordo com a maioria dos líderes partidários para votar o projeto que prevê autonomia do Banco Central, medida que, afirmou, dará uma grande sinalização de "credibilidade" para o Brasil no mundo.

Lira, que venceu a eleição para a presidência da Câmara no dia 1º, passou os últimos dias articulando a votação com o novo relator do texto, o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE).

O projeto foi aprovado no Senado em novembro e está entre as prioridades do governo. No entanto, era visto como secundário pelo ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), que defendia a votação de pautas consideradas mais urgentes, como a PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que traz mecanismos de ajuste fiscal, e a **reforma tributária**.

Nesta segunda (8), Lira escreveu em uma rede social que, com "a sinalização positiva da maioria dos líderes", colocaria em votação nesta terça (9) o projeto sobre a autonomia do Banco Central.

"Uma grande sinalização de destravamento da pauta do Congresso", disse. "Um grande sinal de previsibilidade para o futuro da economia brasileira. Um grande sinal de credibilidade para o Brasil perante o mundo."

Costa Filho deu parecer favorável à aprovação do texto conforme veio do Senado. Nesta segunda, o parlamentar se reuniu com o ministro Paulo Guedes (Economia), com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e com Lira.

No início da noite, Lira, Guedes, Campos Neto e o ministro -chefe da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, deram declarações depois de reunião sobre o assunto. Guedes elogiou o relatório e disse que o mais importante era a harmonia dos poderes independentes. "A autonomia do BC é um projeto antigo, é um sonho de mais de 40 anos", disse. Segundo ele, o projeto é a garantia de que aumentos setoriais e temporários de preços não se transformem em altas permanentes e generalizadas.

Lira, em sua declaração, afirmou que vai realizar nesta terça uma reunião de líderes da base do governo e da oposição. A ideia é aprovar o texto até esta quarta (10).

O presidente da Câmara disse que a autonomia diminui as possibilidades de influências políticas deste governo ou de outros que possam tentar intervir na política monetária.

"Tantos outros governos sempre interferiram nesta pauta para que ela não tivesse uma aprovação debatida e discutida dentro do Legislativo."

A ideia inicial era que a proposta do Senado fosse a pensada a outra, de autoria do Executivo, antes de ser votada. O projeto já tramitava na Câmara desde 2019 e foi integrado a um texto mais antigo, de 1989.

"Pela legislação o texto deve ser apensado ao mais antigo, vamos conversar amanhã para ver como ficará essa questão", disse o deputado Celso Maldaner (MDB-SC), relator do projeto que tramitava na Casa.

O parecer do relator escolhido por Lira, no entanto, foi feito em cima apenas do texto do Senado.

Segundo o projeto, a prioridade do BC será assegurar a estabilidade dos preços. A autoridade monetária terá como objetivos secundários perseguir o pleno emprego, zelar pela estabilidade do sistema financeiro e suavizar oscilações da atividade econômica.

O texto prevê que a autoridade monetária tenha mandatos fixos de quatro anos para o presidente e os diretores da instituição. Com isso, a demissão por iniciativa do presidente da República seria dificultada.

"O Banco Central, na minha avaliação, tem que ter uma política de estado, e não de governo", afirmou Costa Filho. "O BC não pode ficar mercê do governo de plantão."

Com as definições de mandatos, disse o relator, todo presidente eleito terá que conviver pelo menos dois anos com o presidente do Banco Central do governo anterior. "Isso dá previsibilidade e possibilidade de continuidade de uma política econômica de controle inflacionário, de taxa Selic."

Hoje, além de não haver mandato, os dirigentes podem ser demitidos por iniciativa do presidente da República. O projeto de lei complementar prevê que dispensas ordenadas pelo chefe do Executivo precisam do aval do Senado, em votação secreta.

As demissões só podem ocorrer no caso de solicitação dos próprios dirigentes, por enfermidades, em casos de condenação transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado ou por comprovado desempenho insuficiente.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49432&anchor=6428134&pd=67797a2cdfbcd58fb5a60a68589c4c59>

"Por auxílio, CPMF pode voltar com duração limitada"



O senador Roberto Rocha (PSDB-MA), presidente da comissão mista da **reforma tributária** do Congresso, avalia que a necessidade de retomada do auxílio emergencial pode acabar favorecendo a discussão de uma nova CPMF com "finalidade específica e duração limitada".

Rocha admite, no entanto, que é contrário à discussão da CPMF na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da **reforma tributária** porque o entendimento sobre a volta do novo tributo ainda está muito longe, e pode contaminar o que já foi construído como consenso.

I O sr. disse que a CPMF não tem de ser tratada na **reforma tributária**. Por quê?

Porque já temos um consenso em relação à unificação dos **impostos** sobre a base de consumo.

Temos de fazer uma reforma possível e que gere os resultados esperados. O entendimento sobre o retorno da CPMF ainda está muito longe, no âmbito da **reforma tributária**, e por isso pode contaminar o que já foi construído como consenso.

I O sr. acha que tem ambiente político para a CPMF?

O prolongamento da pandemia preocupa a todos. É evidente a necessidade de continuar fornecendo algum tipo de suporte aos mais diretamente afetados. Há meses observamos tentativas de se encontrar fontes para viabilizar esse auxílio emergencial, porém, até o momento, nenhuma logrou êxito. Talvez esse contexto favoreça uma nova discussão sobre CPMF, com finalidade específica e duração limitada.

I O sr. aposta na **reforma tributária** ainda este ano? Mesmo com a administrativa tomando a dianteira?

Acredito que há espaço para as duas matérias tramitarem em paralelo, pois uma trata da forma que o governo arrecada seus **tributos** e a outra pretende melhorar a forma que ele gasta os recursos arrecadados.

Ou seja, não são matérias conflitantes, mas complementares.

Ambas são importantes.

Agora, se você me perguntar qual é a mais importante e urgente para o País, eu te afirmo, com toda convicção, que é a tributária.

I Qual o futuro da comissão mista da **reforma tributária**?

Já está pactuado com os presidentes do Senado e da Câmara que a comissão mista concluirá seus trabalhos dentro do prazo previsto. Os próximos passos são a apresentação do relatório pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro; a concessão de vistas coletivas e de alguns dias para apresentação de sugestões pelos membros; a análise das sugestões recebidas pelo relator, e sua eventual inclusão no relatório; e, por fim, a votação do relatório na comissão.

I Há dúvidas se Câmara e Senado vão votar separadamente o projeto. Como será a tramitação depois da apresentação do relatório já que a comissão mista não tem caráter regimental?

Há três caminhos possíveis para o relatório após sua aprovação na comissão mista: dar origem a uma nova PEC; ser apresentado pelo Aguinaldo (Ribeiro) como relatório da PEC 45 (a proposta da Câmara), uma vez que ele é o relator na comissão especial, na Câmara; ou ser apresentado por mim como relatório da PEC 110, uma vez que sou o relator dessa PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

I O sr. trabalhou nos bastidores para a comissão ser mantida e o relator também. Mas na Câmara ainda há resistências. Isso pode mudar?

Trabalhei porque acredito que o conhecimento acumulado ao longo da tramitação das PECs 110 e 45, assim como na comissão mista, não pode ser perdido.

I A proposta do Senado virou um pouco o patinho feio da reforma no ano passado. Mas isso pode mudar?

O momento não é mais de comparar PEC 110 e PEC 45.

Ambas as propostas têm o mesmo chassi: a unificação dos **impostos** sobre o consumo no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e um imposto seletivo sobre atividades que se deseja desestimular o consumo. O momento, portanto, é de conciliar o que há de diferente para gerar uma carroceria compatível com as necessidades do país.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasil irá na contramão do mundo se reduzir imposto sobre diesel, alertam ambientalistas

Por BBC

Considerado atualmente um pária internacional na agenda de sustentabilidade, devido ao avanço recente do desmatamento na Amazônia e ao afrouxamento dos mecanismos de proteção ambiental, o Brasil pode dar mais um passo na contramão do mundo se o governo Jair Bolsonaro levar adiante seu plano de reduzir **impostos** sobre combustíveis fósseis, afirmam ambientalistas.

Nesta segunda-feira (8), a Petrobras anunciou o terceiro reajuste de combustíveis em menos de 40 dias de 2021. Com a nova rodada de correções, a gasolina já acumula alta de 22% nas refinarias esse ano e o diesel, de 10,9%.

Como são formados os preços da gasolina e diesel?

Três dias antes, diante da ameaça de greve dos caminhoneiros, Bolsonaro convocou uma reunião com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e um grupo de ministros para discutir a escalada de preços dos combustíveis.

Após o encontro, o presidente disse que não vai haver interferência na política de preços da Petrobras. Mas anunciou que o governo planeja um projeto de lei para mudar a forma de cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis e estuda também reduzir o PIS/Cofins sobre o diesel.

Impostos são 44% do preço da gasolina

Segundo a Petrobras, na gasolina, o ICMS responde por 29% do preço final e o PIS/Cofins e a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), por outros 15%. O restante do valor cobrado dos consumidores corresponde ao custo da Petrobras (29%), à margem de distribuição e revenda (12%) e ao custo de adição de etanol à mistura (15%).

Já no diesel, o ICMS responde por 14% do valor final e o PIS/Cofins, por 9%, enquanto a Cide está zerada para esse combustível. O custo da Petrobras aqui equivale a 47% do valor final, que se soma a 16% de margem de distribuição e revenda e 14% do custo de adição do biodiesel à mistura.

O preço da refinaria é menos da metade do preço da bomba. Isso é fato. O preço na bomba é mais do dobro da refinaria. O quê que encarece? São os **impostos** e mais outras coisas também, disse Bolsonaro a apoiadores na porta do Palácio da Alvorada nesta segunda-feira.

O imposto federal é alto, o estadual é alto, a margem de lucro das distribuidoras é grande e a margem de lucro dos postos também é grande. Então, está todo mundo errado, no meu entendimento, pode ser que eu esteja equivocado.

A declaração foi registrada em vídeo divulgado nas redes sociais do presidente.

O ICMS é um imposto estadual que incide sobre a venda de mercadorias e a prestação de serviços. O governo estuda duas possibilidades de mudança: a cobrança de uma alíquota fixa por litro de combustível ou a cobrança do imposto já nas refinarias.

O objetivo, segundo Bolsonaro, é dar mais previsibilidade de custos, já que atualmente o tributo é variável e cada Estado decide sua alíquota. A proposta, porém, deve enfrentar resistência dos governadores, que temem com isso perder arrecadação.

No caso da redução do PIS/Cofins, o entrave é a perda de receita do próprio governo federal.

Evidentemente não podemos fazer de uma vez; é caro, é bastante dinheiro. Mas nós temos que começar o movimento nessa direção, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, após a reunião na sexta-feira (5/2).

Esse foi o mote da campanha; um dos motes na economia foi vamos tirar o Estado do cangote do povo. Então, por um lado, ele [Bolsonaro] gostaria de zerar esse imposto federal. Hoje, são R\$ 0,35; só que cada centavo [de imposto] são R\$ 575 milhões [de arrecadação]. Então, isso exige uma compensação, pelo compromisso de responsabilidade fiscal, completou Guedes.

Na contramão do mundo

Para Davi Martins, porta-voz de Clima e Justiça do

Greenpeace Brasil, o governo brasileiro vai na contramão do mundo ao propor uma redução de **impostos** para combustíveis fósseis.

É um erro continuar dando incentivos a combustíveis fósseis que estão aumentando de preços globalmente, por conta da transição mundial para renováveis, diz Martins.

Há uma redução da oferta e um aumento da pressão para que esses combustíveis sejam deixados de lado. Então, o governo Bolsonaro se coloca numa postura antagônica à posição mundial de gradualmente fazer a transição para renováveis e, o que é pior, isentando uma arrecadação que poderia ser empregada, inclusive, para acelerar a transição energética aqui no Brasil, afirma.

Segundo o porta-voz do Greenpeace, a medida também é problemática porque reduziria o preço dos combustíveis apenas temporariamente.

A médio prazo, essa medida é falha, porque o preço dos combustíveis está subindo e isso não vai parar. Estamos vendo a demanda ser reduzida e a tendência é o preço subir.

Martins explica que isso acontece porque o preço do petróleo, insumo para o refino de combustíveis, é definido pelos países produtores reunidos na Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) por decisões políticas, não respondendo a uma dinâmica de livre mercado de oferta e procura.

O que está acontecendo agora é que os mercados produtores de petróleo estão querendo acelerar ao máximo seus ganhos e isso está impulsionando o preço dos combustíveis para cima, porque eles estão vendo que não existe saída, é um mercado que está com seus dias contados, avalia o ambientalista.

Governo já deixa de arrecadar com combustíveis

Segundo estudo publicado ao fim do ano passado pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), em 2019, o governo deixou de arrecadar R\$ 52,7 bilhões em PIS/Cofins e Cide sobre combustíveis.

Somente para o diesel, desde a greve dos caminhoneiros, a perda de arrecadação foi de R\$ 18 bilhões relativos à isenção da Cide e outro R\$ 5,6 bilhões à redução da alíquota de PIS/Cofins, estima o instituto.

Para realizar o cálculo, o Inesc considera o diferencial entre as alíquotas de PIS/Cofins e Cide efetivamente aplicadas à gasolina e ao óleo diesel naquele ano e os percentuais permitidos na **legislação tributária**.

Os **impostos** federais têm sido, ao longo de vários anos, sistematicamente alterados para que o governo, de uma forma artificial, manipule o preço dos combustíveis, afirma Alessandra Cardoso, assessora política do Inesc e uma das autoras do estudo.

Na última greve dos caminhoneiros, em função da negociação com a categoria, o governo já havia reduzido PIS/Cofins, já havia zerado a Cide, e isso trouxe um impacto muito significativo aos cofres públicos, diz Cardoso. E, embora o governo tenha dito que adotaria medidas para compensar essa perda, como diz agora novamente, isso não aconteceu como deveria.

Para a analista, uma nova perda de arrecadação no momento atual não seria trivial, diante do contexto de crise fiscal e da demanda de recursos para o enfrentamento da pandemia.

Além disso, é uma medida que vai na contramão de um compromisso que o governo assumiu no G-20 e que faz parte do esforço dos países que compõem a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) - e o Brasil está tentando entrar para esse grupo -, que é monitorar e reformar os subsídios aos combustíveis fósseis.

Apesar de o Inesc considerar esses **impostos** que o governo federal deixa de arrecadar como uma forma de subsídio, esse não é o entendimento da **Receita Federal**.

Reforma tributária verde

A porta-voz critica ainda o fato dessa medida ser considerada de forma isolada, para atender a uma demanda dos caminhoneiros, num momento em que o país discute uma **reforma tributária** ampla.

Marcel Martin, coordenador do portfólio de transportes do Instituto Clima e Sociedade, lembra que a pandemia tem levado diversos países desenvolvidos a elaborarem planos para uma retomada verde.

É muito estranho estarmos falando em incentivar o uso do diesel, num cenário global em que todos os países estão incentivando a descarbonização dos transportes, diz Martin. Estamos andando na contramão, pois os países, por conta da covid-19, têm investido numa retomada verde, que passa pelo incentivo a combustíveis mais sustentáveis e pelo estímulo à eletrificação, uma solução que zera emissões e olha para o futuro.

Tanto para o especialista do Instituto Clima e Sociedade quanto para o porta-voz do Greenpeace,

além de adotar medidas para endereçar a questão de preços dos combustíveis no curto prazo, o governo deveria estar trabalhando em soluções de longo prazo.

Com certeza, o país deveria voltar a investir em transporte ferroviário e pensar no transporte fluvial, o que exigiria olhar para os rios de uma forma diferente, aumentando a proteção das nossas águas, diz Martins, do Greenpeace.

Além disso, seria necessária uma mudança logística, para reduzir as grandes distâncias realizadas pelos caminhões. Garantir polos de distribuição mais eficientes e mais capilarizados, sugere o ambientalista.

É preciso ter um planejamento de futuro, porque, do contrário, ano que vem vamos ter o mesmo problema e daqui a dois anos vamos ter o mesmo problema, diz Martin, do Instituto Clima e Sociedade.

Se não investirmos na descarbonização, esses problemas vão bater à porta todos os anos. Quando tratamos de transporte cargas, não podemos apostar todas as fichas em uma única solução. Dependendo de caminhão para fazer todo o nosso transporte não é viável. Já teve a greve dos caminhoneiros, a crise lá atrás no Porto de Santos. Já entendemos que qualquer país de grandes proporções precisa investir em ferrovias, isso é inevitável.

Vídeos: veja mais vídeos de Economia

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/09/brasil-ira-na-contramao-do-mundo-se-reduzir-imposto-sobre-diesel-alertam-ambientalistas.ghtml>

Gasolina já passa de R\$ 5

Guilherme Peixoto

Em meio ao novo reajuste dos combustíveis anunciado pela Petrobras e à expectativa de "chiadeira", como ele mesmo afirmou que ocorreria, o presidente Jair Bolsonaro disse que a empresa tem autonomia para aumentar os preços e que o governo discute a redução de PIS/Cofins sobre o setor. Ele defendeu também mudança no regime do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelos estados.

A Petrobras anunciou mais reajustes. A partir de hoje, o preço médio de venda da gasolina para as distribuidoras passa para R\$ 2,25 por litro, refletindo aumento médio de R\$ 0,17 por litro no preço de venda. Por sua vez, o preço médio de venda do diesel passará a ser de R\$ 2,24 por litro, refletindo aumento médio de R\$ 0,13 por litro. Já o preço médio de venda de GLP (gás liquefeito de petróleo) para as distribuidoras passará a ser de R\$ 2,91 por quilo (equivalente a R\$ 37,79 por 13 quilos), aumento médio de R\$ 0,14 por quilo (equivalente a R\$ 1,81 por 13 quilos). A gasolina em Belo Horizonte já chega a R\$ 5,099. O preço é praticado em um posto da Avenida Nossa Senhora do Carmo, na Região Centro-Sul, conforme constatou a reportagem do Estado de Minas. O valor médio na capital está em R\$ 4.864. Por ora, o preço do etanol na capital é de R\$ 3,238, em média, o que equivale a 8,63% de aumento em relação aos R\$ 2,981 calculados em novembro. O diesel subiu 7,3% desde o penúltimo mês do ano passado, indo de R\$ 3.667 para R\$ 3,935.

Pesquisa feita pelo site Mercado Mineiro entre os dias 5 e 7 deste mês mostra que o valor aumentou R\$ 0,53 em relação a novembro, quando era de R\$ 4.482. As novas cifras médias representam crescimento de 8,53%. O custo para o consumidor final deve subir mais nos próximos dias, visto que a Petrobras anunciou ontem reajuste nos preços cobrados pelas refinarias. No início de janeiro, o valor médio nas bombas instaladas em BH era de R\$ 4,649.

Quem abastece em cidades da Região Metropolitana de BH também tem precisado desembolsar cifras significativas. Em Betim e Contagem, o litro da gasolina custa, em média, R\$ 4,821 e R\$ 4.846, respectivamente. O etanol pode ser adquirido a R\$ 3,222 (o litro) em solo contagemense, e a R\$ 3,187 nos postos betinenses.

"O aumento é péssimo para o consumidor e muito ruim

para os donos de postos de combustível. As pessoas ainda estão em casa, com muito medo (da COVID-19), e orçamento extremamente contado. E, semanalmente, gasolina e diesel sobem, com o etanol acompanhando", diz o economista Feliciano Abreu, coordenador das pesquisas feitas pelo Mercado Mineiro. Ele crê que o aumento vindo das refinarias deve começar a ser sentido no fim desta semana. Para Feliciano, os sucessivos aumentos contribuem para o desaquecimento do setor de combustíveis: "O consumo está muito baixo. Se o mercado continuar aumentando os preços, por incrível que pareça, teremos postos fechando. O consumidor tem comprado cada vez menos - não por não querer, mas por ter menos condições".

ALTERNATIVA

O etanol, visto por muitos como alternativa aos combustíveis tradicionais, é viável apenas quando tem preço médio correspondente a, no máximo, 70% do valor médio da gasolina. Os R\$ 3,238 cobrados pelo litro do etanol correspondem a 67% dos R\$ 4,864 que custeiam a mesma porção de gasolina. Feliciano Abreu afirma que os motoristas devem se guiar pelo preço médio do combustível ao analisar o local escolhido para abastecer seu veículo. Ele explica que os postos lucram por meio da circulação dos automóveis.

"Se o consumidor guardar o preço médio e abastecer abaixo do valor, tendencialmente a outra parte do mercado vai ter que abaixar para não ter prejuízo ou fechar", pontua. As subidas sequenciais no valor do diesel têm gerado a insatisfação de caminhoneiros, que ameaçam paralisações como as feitas em 2018. O composto é responsável por "alimentar" os veículos pesados. O economista chama o diesel de "mola propulsora da economia". Por isso, lembra que toda a população sente os efeitos: "A gente acaba pagando isso nas prateleiras dos estabelecimentos". "Temos uma matriz rodoviária. Os preços acabam sendo inflados, também, por conta do reajuste do diesel", corrobora Éttore Sanchez, economista-chefe da Ativa Investimentos.

MUDANÇA NO PIS/COFÍNS

O Ministério da Economia tenta viabilizar a diminuição do PIS/Cofins sobre os combustíveis. O presidente Jair Bolsonaro afirmou que, a cada litro de gasolina, é preciso pagar R\$ 0,33 na forma do tributo. "Estamos na iminência de anunciar diminuição do imposto

federal. Contudo, a Petrobras tem autonomia para reajustes combustíveis (diesel, gasolina, álcool e gás) no percentual e data por ela determinados", publicou Bolsonaro. em sua conta no Twitter.

O presidente defende também mudança no regime de cobrança do ICMS, ligado aos governos estaduais. Ele deseja a cobrança do tributo de forma fixa - por valor ou percentual - sobre cada litro de combustível.

Ontem, em frente ao Palácio da Alvorada, Bolsonaro voltou a falar sobre a independência da Petrobras: "Não é novidade para ninguém. Está previsto um novo reajuste de combustível para os próximos dias, está previsto. Vai ser uma chiadeira, com razão. Vai. Eu tenho influência sobre a Petrobras? Não". Para Étore Sanchez, o enxugamento do PIS/Cofins não é a melhor saída. "A gente não pode, simplesmente, parar de arrecadar. O Estado brasileiro ainda é muito grande. Temos carga tributária por ter gastos elevados. Teria que ser uma redução prudente, sustentável". diz. "A saída seria estimular a economia interna, com novos produtores de petróleo e gasolina. Para, por meio do mercado, regular os preços", completa.

Bolsonaro citou também a possibilidade de "convidar governadores" para debater o assunto e negou querer interferir no ICMS. A ideia de um valor fixo para o ICMS e da cobrança nas refinarias, e não na bomba, enfrenta resistência de governadores, que perderiam arrecadação. "Não estou procurando encrenca, nem acusando os governadores de cobrar demais. Nós, governo federal, também cobramos demais. Agora, devemos buscar uma solução", disse.

Ele reconheceu que as contas estaduais e do governo estão "no limite", mas ponderou que a população também está sendo prejudicada.

-

Segundo aumento no ano

O reajuste anunciado pela Petrobras ontem é o segundo adotado apenas em 2021. Em 26 de janeiro, a companhia divulgou aumento médio de R\$ 0,10 no litro da gasolina e de R\$ 0,09 no valor do diesel. "Os valores praticados nas refinarias pela Petrobras são diferentes dos percebidos pelo consumidor final no varejo. Até chegar ao consumidor, são acrescentados **tributos** federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis pelas distribuidoras, no caso da gasolina e do diesel. além dos custos e margens das companhias distribuidoras e dos revendedores de combustíveis", alegou a empresa.

Segundo a empresa, "os preços praticados pela Petrobras têm como referência os preços de paridade de importação e. dessa maneira, acompanham as variações do valor dos produtos no mercado internacional e da taxa de câmbio, para cima e para baixo." "De forma a contribuir para a transparência da formação dos preços para a sociedade, a Petrobras publica já há alguns anos em seu site dados referentes aos preços de venda às distribuidoras dos seus principais produtos. Desde agosto de 2019, os preços passaram a ser publicados por local e modalidade de venda, no formato determinado pela Resolução ANP 795/2019. Os novos preços são acrescentados no arquivo disponibilizado a partir da sua data de vigência, sem exclusão da vigência anterior. Dessa forma, é possível acompanhar a evolução dos preços por local", afirmou, na nota em que divulga, somente a pedido, os reajustes.

"Importante ressaltar que os valores praticados nas refinarias pela Petrobras são diferentes dos percebidos pelo consumidor final no varejo. Até chegar ao consumidor, são acrescentados **tributos** federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de biocombustíveis pelas distribuidoras, no caso da gasolina e do diesel. além dos custos e margens das companhias distribuidoras e dos revendedores de combustíveis", acrescentou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/09/02/2021/p1>

ALTA DOS COMBUSTÍVEIS

Varição dos preços em BH em
janeiro e fevereiro

GASOLINA

7 a 10/1 R\$ 4,649

26 a 28/1 R\$ 4,779

5 a 7/2 R\$ 4,864

ETANOL

7 a 10/1 R\$ 3,213

26 a 28/1 R\$ 3,224

5 a 7/2 R\$ 3,238

DIESEL S10

7 a 10/1 R\$ 3,846

26 a 28/1 R\$ 3,856

5 a 7/2 R\$ 3,935

O alerta da história (2)

Fernando Valente Pimentel, Presidente da Associação Brasileira do Indústria Têxtil e de Confecção (Abit)

São complexas as demandas do Brasil em meio à pandemia do novo coronavírus. cuja segunda onda, mais intensa do que se previa, eclode num momento em que ainda não estão dadas as condições para a retomada consistente do crescimento em níveis adequados, num cenário ainda de elevado desemprego e fim do auxílio emergencial do governo, com impactos sociais e no consumo. É um contexto no qual, a despeito da iminência do início da vacinação, seguem limitadas as atividades e permanecem as incertezas nacionais e globais provocadas pela própria COVID-19, seus desdobramentos, disputas comerciais entre nações e retração dos mercados.

Exigem-se. Portanto, muito foco, empenho, força e resiliência para promovermos o fomento econômico e a expansão do **PIB** no grau necessário para a recuperação do mercado de trabalho e das empresas, aumento dos investimentos e criação de milhões de empregos para as atuais e futuras gerações. Cabe lembrar que teremos de fazer tudo isso, sem mais adiamentos, num ambiente ainda permeado pelos prioritários cuidados sanitários, que impõem limitações, considerando que a imunização dos brasileiros irá estender-se ao longo de muitos meses. Trata-se, aliás, de medida premente para a prioritária preservação de vidas e a retomada de modo mais intenso das atividades, sem prejuízo à saúde dos trabalhadores das distintas áreas, seus familiares e toda a população.

Considerando todas essas questões, é prudente refletir sobre algo crucial: a pandemia foi um fator imponderável, mas os problemas que a agravaram no Brasil eram sobejamente conhecidos e tiveram sua solução postergada durante décadas, culminando com a paulatina corrosão de nossa competitividade sistêmica, a qual vem provocando um processo de desindustrialização precoce em nosso país. Reflexos disso, lamentavelmente, foram os anúncios recentes de encerramento de produção por parte de importantes empresas dentro do nosso espaço geográfico. Decerto que essas decisões empresariais necessitam de uma análise mais abrangente, mas, sem dúvida, o ambiente inseguro e burocrático para operar pesou, e muito, nas decisões das companhias.

Sim, é cada vez mais difícil conviver com nosso voraz e burocratizado sistema tributário, no qual se busca sempre a solução "mágica" da majoração de

impostos para cobrir os rombos orçamentários nas três instâncias do poder público - federal, estadual e municipal. É exatamente o que estão tentando fazer agora governos estaduais, que aumentam as alíquotas do já elevado ICMS, impondo ônus extras a empreendedores e consumidores e, por consequência, limitando a capacidade de crescimento, geração de empregos e de investimentos, no momento mais inoportuno para isso.

Portanto, está mais do que na hora de consolidarmos um modelo eficaz e vencedor de economia e nação. A pandemia escancarou as fragilidades e incertezas às quais estão expostos os setores produtivos do Brasil. Portanto, é necessária mobilização ampla, determinada e focada para concretizar as medidas mais relevantes voltadas ao resgate de nossa competitividade e produtividade dos fatores de produção.

Nesse sentido, é premente aprovar reformas, como a tributária e a administrativa, que reduzam o "custo Brasil", pois estamos perdendo posições no mercado mundial nos últimos 40 anos. Temos de avançar nessas e outras providências consensualmente estabelecidas como essenciais, a exemplo da segurança jurídica e políticas públicas eficazes no plano socioeconômico. Não podemos, mais uma vez, ficar para trás, assistindo ao mundo avançar, por falta de condições de competitividade de nossas empresas.

Vencer esse desafio também exige um choque de qualidade no ensino, a começar da educação básica, até a universidade, passando pela formação técnica e a continuada, pós-graduação, ciência, P D. Não basta universalizar o acesso às salas de aula, que, aliás, ainda não alcançamos em todos os níveis. É preciso excelência, pois recursos humanos qualificados são o grande diferencial na competição global, o que deverá ser cada vez mais acentuado no contexto de um ambiente laboral permeado por tecnologias sofisticadas e por uma agenda ambiental irreversível.

Os projetos, demandas, metas e necessidades são muito claros. Depende de nós, como nação, viabilizá-los e construir um novo destino de desenvolvimento e justiça social. Considerando nosso imenso fnotencial de recursos naturais, clima, demografia, estrutura e capacidade dos setores produtivos, seria lamentável a omissão frente ao chamamento da história. Portanto, vamos tratar de atendê-lo!

Fernando Valente Pimentel, Presidente da Associação

Brasileira do Indústria Têxtil e de Confecção (Abit)

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/09/02/2021/p1>

Prioridade perversa (3)

Avolumam-se as evidências de que o governo Jair Bolsonaro deturpou de modo deliberado o enfrentamento da pandemia. Não bastassem seguidas as manifestações minimizando riscos da infecção e a sabotagem da vacinação, o presidente deixou várias digitais na promoção de uma terapia inexistente contra o ataque viral.

Bolsonaro seguiu perversamente Donald Trump ao adotar como prioridade a cloroquina do famigerado tratamento precoce. O republicano abandonou a panaceia antes de seu fiasco eleitoral, mas o imitador sul-americano a manteve, impávido, mesmo com estudo após estudo a negar-lhe eficácia.

Acosados por investigações e questionamentos da Procuradoria-Geral da República e do Tribunal de Contas da União, o presidente e um tragicômico ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, agora se apressam a recontar a história: o governo só teria respeitado a autonomia de médicos.

Não há carência de imagens do mandatário e do general posando com caixinhas do remédio, porém. Tampouco faltam registros oficiais da mobilização de ministérios, Forças Armadas e outros órgãos da máquina federal na prática de charlatanismo, como mostrou reportagem publicada pela Folha.

Cinco pastas se viram convocadas para a operação diversionista: Saúde, Defesa, Economia, Relações Exteriores e Ciência e Tecnologia.

Quase 6 milhões de comprimidos da droga inócua foram enviados ao Nordeste e ao Norte, seguidos de admoestações a autoridades amazonenses por não os usarem no trágico surto em Manaus, onde o que faltava era oxigênio.

O Exército se pôs a fabricar 3,2 milhões de drágeas, e a Aeronáutica, a transportá-las, a pedido da Defesa; isenções de **impostos** foram baixadas pela Economia; a Saúde lançou guias e aplicativos prescrevendo a cloroquina; o Itamaraty obteve 2 milhões de doses dos EUA; o Ministério da Ciência e Tecnologia patrocinou estudos.

Todo esse empenho governamental para viabilizar a ficção ignorante de Bolsonaro contrasta com o desvio da obrigação de financiar, propagar e coordenar prioridades efetivas como distanciamento social, testagem em massa, rastreamento de contaminados, aquisição de vacinas e vigilância genômica (com

sequenciamento dos vírus em circulação).

Em vez disso temos vacinação atrasada, aglomerações em alta, milhões de testes a perder a validade, rastreamento pífio e falta de insumos para geneticistas monitorarem as variedades do vírus.

É desastre que não se explica somente por incompetência, mesmo uma de dimensões incomuns.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

32

Depois da alta, saldo da poupança começa a cair (3)

O fato de janeiro ser, tradicionalmente, um mês de saques maiores do que depósitos nas cadernetas de poupança por causa das despesas extras no início de ano somou-se, em 2021, ao fim do pagamento do auxílio emergencial que beneficiou mais de 60 milhões de pessoas nos meses que se seguiram ao início da pandemia. O resultado foi a saída recorde de recursos da aplicação mais procurada pela população, após dez meses consecutivos de captações.

Em janeiro, as cadernetas registraram retirada de R\$ 18,154 bilhões, o maior volume para um único mês desde janeiro de 1995, quando o Banco Central iniciou o registro dessas operações. O recorde anterior tinha sido alcançado um ano antes: em janeiro de 2019, as retiradas líquidas alcançaram R\$ 12,356 bilhões.

Em janeiro, os brasileiros depositaram R\$ 244,908 bilhões e sacaram R\$ 263,062 bilhões das cadernetas, daí resultando a retirada recorde. No fim do mês, o saldo total dos depósitos era de R\$ 1,019 trilhão.

No início do ano, os orçamentos familiares são onerados com despesas especiais, como o recolhimento de **impostos** (IPTU e IPVA) e gastos escolares, entre os quais compra de material e taxa de matrícula no caso de escolas particulares.

O aumento sazonal de gastos domésticos coincidiu, neste ano, com o fim do pagamento do auxílio emergencial.

O benefício começou a ser pago em abril, com o valor de R\$ 600; nos últimos meses, até dezembro, o valor foi reduzido para R\$ 300.

Os depósitos em caderneta de poupança foram fortemente impulsionados por esse benefício. Também a cautela de boa parte dos poupadores, preocupada com o trabalho e a renda no futuro, contribuiu para o aumento dos depósitos.

A fatia dessa modalidade de aplicação na carteira dos clientes dos segmentos de varejo tradicional e varejo de alta renda passou de 40% no fim de 2019 para 42,9% no fim do ano passado. São dados divulgados pelo presidente do Fórum de Distribuição da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), José Ramos Rocha Neto.

"Sem o auxílio emergencial, talvez a poupança não consiga manter esses níveis de crescimento", previu Rocha, antes da divulgação dos números do Banco Central, pois ele já tinha dados mostrando que "a poupança já começa a ser consumida".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

(Falta de) qualidade do serviço público - ANA CARLA ABRÃO

ANA CARLA ABRÃO

Qualidade do serviço público é o principal instrumento de geração de oportunidades e de mobilidade social. Afinal, são educação pública de qualidade, atendimento de saúde universal decente e segurança pública eficaz que permitem ao cidadão que nasce pobre - e não tem senão no Estado as condições de acesso a esses serviços - reduzir o abismo que o distingue daqueles que podem pagar por eles.

No Brasil, apesar do aumento contínuo dos gastos públicos, a qualidade do serviço público é ruim, quando não péssima.

É isso que mostram os resultados da pesquisa que o movimento Livres encomendou ao instituto Ideia Big Data. Alguns dos resultados já foram publicados em reportagem do Estadão do último fim de semana.

Mas, considerando a importância (e quiçá ressurreição) da reforma administrativa, vale destacar um outro conjunto de resultados, esses voltados à qualidade dos serviços públicos básicos.

Nada que surpreenda, mas que deveria nos motivar a abraçar a reforma.

O Ideia ouviu mais de 1.600 pessoas visando a capturar aspectos relacionados ao regime jurídico e de contratação e promoção de **servidores públicos**, avaliação de desempenho, qualidade dos serviços, comparação entre os mercados público e privado de trabalho e - foco desta coluna - a avaliação dos serviços públicos de segurança, educação e saúde.

Os números da Livres/Ideia gritam.

Em relação à qualidade da educação nas escolas públicas de ensino médio e fundamental, 29% dos entrevistados avaliam como péssima ou ruim e outros 39% a consideram apenas regular.

Na saúde, o percentual de péssimo e ruim atinge 34% quando se avaliam prontos-socorros e UPAs e 35% no caso de Unidades Básicas de Saúde.

Quando o foco são os hospitais públicos a insatisfação chega a 45%. Na segurança, apenas 18% avaliam como ótima ou boa a qualidade do serviço. No caso de

creches e centros de educação infantil, tipicamente ofertados por municípios, a satisfação chega a 34%, patamar que, embora baixo, é superior ao observado nos demais serviços.

Os números variam por região, em alguns casos, para muito pior. É o caso dos hospitais públicos na Região Norte do País, que são avaliados como péssimos ou ruins por 52% dos entrevistados.

Há também discrepâncias entre regiões como no caso da avaliação da educação. No Sul, a avaliação satisfatória atinge 36% (frente ao número geral de 28%), enquanto no Centro-Oeste os mesmos 36% refletem insatisfação (29% da avaliação geral). Para creches e educação infantil o destaque positivo fica por conta da Região Sul, onde ótimo e bom atingem 47%. Mas vale notar que isso equivale a dizer que mais da metade da população não está satisfeita com a qualidade do serviço.

Os resultados apresentados corroboram outras avaliações já feitas e que sempre apontaram na direção da baixa qualidade dos serviços públicos. Estudos e pesquisas publicados nos últimos anos pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), vêm medindo a percepção da população em relação à qualidade dos serviços do Judiciário e da saúde, segurança e educação públicas.

Os números da CNI nunca foram animadores.

Na segurança, em pesquisa divulgada em 2016, metade dos brasileiros considerava péssima a situação da segurança pública no País e seis em cada dez consideravam que ela havia piorado em relação a anos anteriores. Na saúde, a melhoria no atendimento público se mantinha no topo das três principais prioridades pelo quinto ano consecutivo em pesquisa divulgada em 2018. Em relação à educação básica, a avaliação de preparo dos alunos que concluem o ensino fundamental e médio nas escolas públicas piorou ao longo das três avaliações feitas. Nelas, o percentual de entrevistados que avaliou os alunos como pouco preparados ou não preparados subiu de 39% em 2010 para 55% em 2017. Numa avaliação mais geral, feita em 2016, 90% disseram que a qualidade dos serviços públicos deveria ser melhor considerando o valor dos **impostos**.

Segurança pública eficaz reduz as chances de ser o crime a melhor (senão única) alternativa de renda; saúde, além de humanidade e dignidade, tem impacto na produtividade. Educação, dentre todos os instrumentos, é o mais poderoso para garantir tudo isso junto e muito mais, além de cidadania.

Daí porque a melhoria dos serviços públicos básicos deveria ser a prioridade de um País que vê a desigualdade de renda piorar, a pobreza avançar sobre a população e a injustiça social corroer nossa sociedade.

A pesquisa Livres/Ideia joga nova luz sobre a insatisfação da população com os serviços públicos e reforça a necessidade de reformar um modelo de funcionamento da máquina pública que, além de injusto e disfuncional, concentra renda, desperdiça recursos e não entrega resultados. Buscar qualidade no serviço público exige romper com feudos e privilégios há décadas forjados por um modelo que só uma ampla e corajosa reforma administrativa poderá alterar.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro insiste que Estados alterem o ICMS

Matheus Schuch, Edna Simão e Estevão Taiar

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que não considera justo que os Estados ampliem receitas em **impostos** sempre que houver aumento no preço dos combustíveis. Em entrevista à TV Bandeirantes, Bolsonaro voltou a defender que o ICMS tenha valor fixo, assim como o PIS/Cofins, ou que o tributo estadual seja cobrado com base no preço da refinaria, e não nas bombas.

"Nós temos uma emenda constitucional de 2001 que precisa ser regulamentada no artigo 155, que trata da cobrança da ICMS pelos Estados", argumentou. "Queremos que o Confaz [conselho que reúne secretários estaduais de Fazenda] decida como será cobrado o ICMS, valor fixo sobre o litro ou percentual nas refinarias."

Para o presidente, há hoje uma "bitributação", porque o ICMS é cobrado em cima de um valor médio nos postos e naquele montante já estão embutidos **impostos** federais.

Sem detalhar o raciocínio, Bolsonaro afirmou que a mudança que defende na cobrança de ICMS não significaria perda de arrecadação para os Estados. O presidente também negou que esteja jogando a responsabilidade sobre aumento nos preços aos governadores.

O presidente disse ainda que há previsão de um reajuste de US\$ 10 no preço do barril de petróleo no exterior nas próximas semanas e isso impactará novamente nos preços no Brasil. Além da alta do dólar, do petróleo e dos **impostos**, o presidente atribuiu os problemas vividos hoje pelos caminhoneiros ao excesso de veículos de carga em circulação.

A equipe econômica ainda não encontrou uma fonte de recursos para fazer frente ao desejo do presidente de zerar o PIS/Cofins dos combustíveis como uma forma de conter o aumento do produto no mercado interno. Ontem Bolsonaro se reuniu com a equipe econômica para discutir preço dos combustíveis, mas não houve uma decisão sobre o assunto. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), redução de **impostos** deve ser compensada com aumento de tributo ou a criação de outro.

Na semana passada, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que estava examinando como desonerar o PIS/Cofins (de R\$ 0,35 por litro), mas destacou que poderia ser reduzido tudo de uma vez. Guedes disse ainda que, por um lado, ele gostaria de zerar o PIS/Cofins, mas ressaltou que "cada centavo" são R\$ 575 milhões.

Na ocasião, Bolsonaro disse que o governo também buscará a aprovação de um projeto de lei complementar que altere o mecanismos de definição das alíquotas de ICMS pelos Estados, de modo a garantir maior previsibilidade de custos dos combustíveis.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Por mercado, Câmara vota independência do BC

MARINA BARBOSA

A Câmara pretende se debruçar sobre o projeto de lei que confere autonomia ao Banco Central (BC), hoje, na retomada das votações em plenário. A escolha da matéria, que blinda a autoridade monetária de interferências políticas e está, há décadas, no Congresso, visa sinalizar ao mercado comprometimento com a agenda econômica e foi acertada com o governo ontem.

Relator do projeto, o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) discutiu, ontem, com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e com o ministro da Economia, Paulo Guedes, os detalhes do parecer que será levado ao plenário. Ele disse que teve "apoio de ambos" para o texto. Por isso, vai apresentá-lo a líderes partidários hoje, para que o plenário da Câmara vote a urgência e comece a se debruçar sobre o mérito da proposta. A ideia é ter a autonomia do BC aprovada até amanhã.

Presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) explicou que, além do aval da equipe econômica, há "sinalização positiva da maioria dos líderes" em relação ao projeto. Ele argumentou que essa é "uma grande sinalização de destravamento da pauta do Congresso, um grande sinal de previsibilidade para o futuro da economia brasileira e um grande sinal de credibilidade para o Brasil perante o mundo".

Na reunião com os deputados, Campos Neto reforçou que essa é uma indicação importante para os investidores internacionais, já que a autonomia blinda o BC de interferências políticas, garantindo a condução independente da política monetária e a estabilidade de preços no país. Isso porque o projeto fixa mandatos de quatro anos para a diretoria do BC, independentemente do mandato do presidente da República, e determina que o comando do banco não pode ser nomeado ou demitido pelo chefe do Executivo sem o aval do Senado.

Guedes concluiu que é um "importante avanço institucional", capaz, ainda, de ajudar a controlar a **inflação** no país. Ele lembrou que a questão é debatida há décadas pelo Congresso. O avanço começou apenas no ano passado, quando o Senado aprovou o projeto, de maneira virtual, em meio à pandemia da covid-19. O texto da Casa, contudo, traz

uma inovação à proposta do governo, que foi mantida no parecer da Câmara: a atribuição de uma nova meta ao BC, de fomento ao pleno emprego.

Hoje, o BC tem como missão apenas a estabilidade de preços e a eficiência do sistema financeiro nacional. Silvio Costa Filho disse, porém, que a questão do emprego não foi questionada pela equipe econômica e, por isso, segue no parecer. "Discutimos ponto a ponto, artigo por artigo e, por concordância de ambos, tivemos a validação do nosso parecer", afirmou o relator.

Como mostrou o Correio, Campos Neto aceitou tratar desse assunto do emprego, desde que não haja comprometimento das demais atribuições do BC, para garantir a aprovação da autonomia neste momento de incertezas no mercado. Analistas dizem, no entanto, que, apesar de positiva, a sinalização não tranquiliza os investidores em relação ao andamento das demais pautas econômicas, que podem endereçar a situação fiscal do país.

"A autonomia do BC é muito importante, porque dá segurança ao presidente e aos diretores do banco. Porém, há coisas mais importantes para serem votadas agora, como as medidas de corte de despesas", lembrou Carlos Thadeu de Freitas Gomes, que foi diretor do Banco Central e hoje é economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

"Na prática, o BC já tem autonomia. Então, é mais urgente avançar em pautas com impacto fiscal. Avançar com o Orçamento e com a PEC Emergencial, que pode ajudar com a volta do auxílio emergencial, por exemplo. Seria uma sinalização mais forte de comprometimento com a agenda fiscal", reforçou Alejandro Ortíz, analista da Guide Investimentos.

Ele acrescentou que não há grandes resistências à autonomia do BC no Congresso. Por isso, disse que uma votação expressiva do projeto não garante o bom andamento das pautas econômicas. "A autonomia do BC é uma discussão que está madura. Já as pautas fiscais mais importantes, como a PEC Emergencial e a reforma administrativa, são mais difíceis de serem aprovadas", lembrou Ortíz.

"Na prática, o BC já tem autonomia. Então, é mais urgente avançar em pautas com impacto fiscal.

Avançar como Orçamento e coma PEC Emergencial"
Alejandro Ortíz, analista econômico

Para ajustar o foco - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

A eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, o sumiço do ministro da Saúde e a euforia do início do processo de vacinação desviaram momentaneamente o foco das atenções da tarefa mais importante que tem sacudido o país (e o mundo) desde março de 2020: o enfrentamento definitivo da covid-19.

Mudam os atores, mas o filme, infelizmente, continua trágico. Curada a ressaca da comemoração da eleição dos presidentes das duas casas legislativas, antes de sentar com o governo para traçar a estratégia de ação a implementar, seria preciso que eles entendessem, primeiro, que continuamos em uma situação emergencial, ou seja, uma nítida economia de guerra, em que os problemas são gigantescos e muita coisa do rol de soluções que não se admitiria numa situação de paz pode agora fazer todo o sentido. Aqui se encaixa a decisão tomada em 2020 de injetar recursos nos estados e municípios para cobrir perdas de receitas, maiores gastos em saúde e um efetivo programa de auxílio emergencial aos efetivamente necessitados. Têm de fazer ouvidos de mouco à choradeira dos mercados financeiros e de seus aliados no governo por menores gastos e menor emissão de moeda. Diante da gigantesca crise, do alto grau de desaquecimento da economia, a exemplo do que ocorre no resto do mundo, há pouca escolha: mais vale salvar vidas do que praticar contenção monetária.

Feito o diagnóstico dos problemas diretamente ligados à pandemia e montado um plano de ação, dever-se-ia rever o relativo aos problemas mais antigos antes identificados e ainda não solucionados, para reiniciar seu processo de equacionamento no momento que desse, não necessariamente agora. Nesse contexto, o diagnóstico e soluções apresentadas anteriormente pela atual equipe econômica precisam ser revistos, pois, do ponto de vista de hoje, podem não fazer sentido.

Um exemplo é que reformas e mudanças complicadas difíceis de digerir por parte dos atingidos devem ficar fora do radar. Quando o sofrimento devido ao problema central é grande, não há como agir nos departamentos que geram ainda mais dor. Essa parte deveria ficar para a fase pós-pandemia. Se o mundo todo está fazendo isso, por que deveríamos ser diferentes?

Dito isso, os dados disponíveis mostram, primeiro, que, até agora, o governo evitou assumir a

responsabilidade máxima pelo equacionamento da crise da covid. O forte negacionismo presente na ação das autoridades federais que se viu até agora, em contraste com o que se passava no resto do mundo, especialmente após a derrota de Trump, é chocante. Não foi por outro motivo que os governos estaduais e municipais tiveram de assumir muitas das funções que não precisariam ser suas, como no caso da produção e da aquisição de vacinas pelo estado de São Paulo. Por mais que possa haver motivação política na ação antipandemia do governador paulista, é difícil imaginar que, mesmo os políticos de boa vontade, ajam sem a motivação de seguir em frente em suas carreiras. Assim, o recado aos novos presidentes da Câmara e do Senado que acabaram de assumir, é que o governo precisa mostrar que mudou de verdade, em relação aos pontos até agora salientados.

Caso contrário, como se pode esperar a concentração de esforços, hoje, no processo de imunização e consequente redução de óbitos, quando, lá atrás, fez-se exatamente o contrário, ao rejeitar, por exemplo, a aquisição em grande escala de vacinas de qualidade destacada pela comunidade científica?

Nesse contexto, é preciso rever a "PEC do Teto", criada na gestão precedente, e, desde então, filha diletta dos mercados financeiros. Não sendo autoaplicável, seu principal efeito tem sido pressionar no sentido de os investimentos públicos simplesmente desaparecerem, se juntando à explosão dos deficits previdenciários no efeito devastador que também vêm causando aos investimentos há bastante tempo.

No governo, há os que afirmam não gostar de investimento nem de servidor público. Devem estar felizes, no primeiro caso, com a constatação de que a taxa de investimento (razão entre os investimentos e o PIB) no setor público como um todo tenha caído de 4,1% para 1,5% do PIB entre 1949 e 2019, conforme calcula o IBGE (mas sem contrapartida compensatória do lado privado). O diabo é que, em muitos casos, como quando o retorno para a sociedade é alto e para o setor privado é baixo, o único jeito de ampliar a capacidade e aumentar a produtividade é via setor público. Especialmente em momentos como os de pandemia, em que a motivação privada para investir tende a desaparecer de uma maneira geral.

É fundamental, ainda, dedicar atenção ao equacionamento do problema previdenciário, pois, para cobrir os gigantescos deficits do regime dos servidores, no conjunto dos estados e municípios, é

preciso retirar da margem para investir recursos acima de R\$ 100 bilhões anuais. Em que pese ter sido a única reforma com a assinatura do governo atual feita até agora, os dirigentes sequer conseguiram tornar as mudanças de regras obrigatórias para os entes subnacionais, exatamente onde o problema é mais agudo.

Alta dos combustíveis pesa no custo de vida

SIMONE KAFRUNI

Em meio à pressão dos caminhoneiros e à desconfiança do mercado financeiro sobre interferência política nas decisões da Petrobras, a estatal anunciou ontem mais reajustes nos combustíveis. A partir de hoje, o preço médio de venda da gasolina nas refinarias da petroleira será de R\$ 2,25, aumento médio de R\$ 0,17 por litro, ou 8,17%. O valor do diesel passará para R\$ 2,24, elevação de R\$ 0,13 por litro e alta de 6,16%. Já o gás de cozinha vai custar, para as distribuidoras, R\$ 2,91 por quilo, (equivalente a R\$ 37,79 por botijão de 13kg), salto de R\$ 0,14 por kg, um aumento de 5%. Os preços tendem a ser repassados para o consumidor. A decisão terá impacto brutal na **inflação**, estimam especialistas.

Segundo a estatal, os preços acompanham a cotação dos produtos no mercado internacional e a taxa de câmbio. No entanto, a Associação Brasileira das Importadoras de Combustíveis (Abicom), alega que a estatal mantém defasagem proposital para tirar competitividade da importação dos produtos.

O economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, estimou que a gasolina pode subir mais 5%, justamente por conta da defasagem frente ao mercado internacional. "Sobre o impacto no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), tal magnitude de reajuste na refinaria afetaria as bombas apenas no terceiro decêndio de fevereiro, com grande parte do efeito na **inflação** de março", acrescentou.

Para o economista-chefe da Necton, André Perfeito, só a alta anunciada ontem para a gasolina pode ter impacto de 0,40 ponto percentual no IPCA de fevereiro. Nos cálculos de Renato Preyer Veloni, professor de Ciências Econômicas do Ibmec, em três a seis meses, os reajustes do diesel, da gasolina e do gás de cozinha, poderão ter impacto de 1,5 ponto na **inflação**. Ontem pela manhã, em conversa com apoiadores, o presidente Jair Bolsonaro reconheceu que o novo reajuste dos combustíveis iria "gerar chiadeira, com razão". Mais tarde, reuniu-se com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o problema e depois, em solenidade no Palácio do Planalto, voltou a comentar o assunto.

"Jamais tabelaremos seja o que for. Jamais praticaremos qualquer intervenção. O ideal é o dólar baixar. Mas baixa como? Com o parlamento colaborando na votação de projetos que possam

mostrar que temos responsabilidade. Com essa responsabilidade, o dólar baixa quase automaticamente", apontou.

MudançasNa semana passada, Bolsonaro reuniu-se com vários ministros e o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e anunciou que o governo estuda um projeto de lei para diminuir o peso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos preços. Ontem, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse que o projeto pode ser apresentado ainda nesta semana.

Na coletiva com Bolsonaro, Castello Branco assegurou que não há interferência do governo nos preços da Petrobras. Em nota, no entanto, a estatal admitiu uma mudança. "No primeiro semestre de 2020, dada a alta significativa da volatilidade de preços de combustíveis, a Petrobras decidiu estender de trimestral para anual o período limite de apuração da aplicação da política de preços", informou. Segundo a estatal, a mudança não rompe o compromisso de alinhamento ao mercado internacional, embora em determinados trimestres os preços possam, eventualmente, ficar abaixo da paridade. (Colaborou Ingrid Soares)

8,17% Reajuste da gasolina nas refinarias da Petrobras a partir de hoje

A independência do Banco Central (3)

A Câmara deve votar, ainda nesta semana, o projeto que dá independência formal ao Banco Central. Já aprovado pelo Senado, há mais de duas décadas é aguardado pelos agentes econômicos. Além de afastar, de uma vez por todas, qualquer possibilidade de interferência política na autoridade monetária, a medida permitirá que o país possa conviver com taxas de juros mais baixas por um longo período de tempo, uma vez que o controle da **inflação** tenderá a ser mais efetivo.

Estudos internacionais mostram que, historicamente, o Brasil conviveu com juros mais altos do que o necessário pela simples razão de o Banco Central não ter sua independência formalizada em lei. Essa desconfiança dos investidores em relação ao compromisso real da instituição de manter a **inflação** sob controle resultou em um prêmio de risco de 1,5 ponto percentual ao ano, um encargo enorme sobre o setor produtivo. Passou da hora, portanto, de se tirar esse peso do custo do dinheiro.

Desde que o regime de metas de **inflação** foi adotado, no fim dos anos de 1990, o BC brasileiro ganhou autonomia formal para definir a política monetária. O bom trabalho realizado pelas diretorias que passaram pela instituição permitiu a construção de uma credibilidade reconhecida no mundo todo. Houve, porém, alguns solavancos, sobretudo, no governo de Dilma Rousseff, em que parte das decisões do Banco Central foi pautada pelos interesses do Palácio do Planalto.

Por isso, é importante que o Congresso dê um basta na possibilidade desse quadro se repetir. O Banco Central não é um órgão do governo, mas do Estado. Não pode a política monetária ficar à mercê dos governantes de plantão. Com a independência formal, os dirigentes da instituição terão mandatos fixos, intercalados, sem o risco de demissão porque subiram os juros por questões técnicas, priorizando o poder de compra da população e a previsibilidade da economia.

O Brasil está atrasado neste processo. Praticamente, todos os países desenvolvidos têm bancos centrais independentes. Também nações emergentes, que competem com o país pelo capital estrangeiro, avançaram neste ponto. Para uma economia que precisa tanto de investimentos para crescer, não há sinal melhor a ser dar aos donos do dinheiro do que uma governança monetária. O BC estará seguro para cumprir as suas missões institucionais.

É importante, porém, ressaltar que a meta prioritária do Banco Central será o controle da **inflação**. O projeto aprovado pelo Senado prevê metas secundárias, como a busca pelo pleno emprego. Nada é mais importante do que manter os preços sob controle. Quando a **inflação** está dentro das metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a atividade econômica ganha fôlego, o emprego e a renda crescem e a confiança de empresários e consumidores se fortalece.

O BC brasileiro é uma das instituições mais transparentes do mundo. Os documentos do Comitê de Política Monetária (Copom) dão à clara medida do que está sendo feito e do que é preciso avançar para garantir a estabilidade financeira. Agora, é com o Congresso. Reforçar esse quadro institucional é prioridade. O país agradece.

Comida com preço salgado

Marco Faierq

Puxado pela **inflação** dos alimentos, o valor do prato feito e do marmitex grande teve expansão média de 21,12% e 29,39%, respectivamente, nos últimos seis meses em Belo Horizonte. É o que aponta levantamento sobre o preço da refeição em restaurantes realizado pelo site Mercado Mineiro, que se dedica à comparação de preços na capital, feito entre 3 e 5 de fevereiro.

O marmitex foi responsável pela maior demanda dos estabelecimentos nos períodos de distanciamento social, abastecendo, via serviço de delivery, funcionários em empresas e trabalhadores em home Office. Acompanhando a expansão na "quentinha" maior, a pequena subiu de R\$ 10,65 para R\$ 1424, registrando aumento médio de 33,67%.

Um incremento menor foi observado no preço do quilo do self-service, que teve alta média de 9,39%. A laranjada, que tradicionalmente é a bebida natural com mais saída nos restaurantes, subiu 5,52%, ficando em tomo de R\$ 5,60 o copo. O refrigerante em lata, que também acompanha as refeições, teve elevação de 6,34%. O preço médio nos rodízios de carne subiu até 23% nos últimos seis meses.

A alta nos restaurantes é justificada pela pressão sobre os preços dos alimentos, que fecharam 2020 como os grandes vilões da **inflação**. Segundo dados do IBGE, a expansão no valor dos gêneros alimentícios foi de 14,09% no ano passado, a maior desde 2002. Entre os itens que mais sofreram variação está a carne vermelha, que subiu, em média, 17,97%.

Além da carne, o IBGE revelou a dispa rada em vários itens, como óleo de soja, que fechou o ano, em média, 103,79% mais caro, e o arroz, que teve aumento de 76,01% em 2020. Outros itens importantes na alimentação do brasileiro também subiram expressivamente. entre eles o leite longa vida (26,93%), frutas (25,40%), carnes (17,97%), batata-inglesa (67,27%) e tomate (52,76%).

Na capital mineira, o valor da cesta básica, que representa os gastos de um trabalhador adulto com a alimentação doméstica, chegou a R\$ 566,80 em dezembro, valor 22,09% superior ao mesmo mês de 2019, segundo pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead/UFMG).

O levantamento do Mercado Mineiro aponta também a variação de preços entre estabelecimentos, que pode ocorrer devido à localização e, em alguns casos, pela qualidade dos pratos oferecidos. Essa disparidade na comida a quilo na capital foi de surpreendentes 649%, sendo que o menor preço apurado foi de R\$ 12. e o maior foi de R\$89,90.

VARIAÇÃO

O valor do prato feito pode representar de R\$ 12 até R\$ 42,90, variando em 257%. Já o marmitex grande varia de RS 10 a RS 30,90 (209%), enquanto o pequeno pode custar de RS 8 até RS 22, uma diferença de 175%.

Pelo suco natural de laranja de 300ml são cobrado de RS 4 a RS 9, com variação de 125%. O valor do refrigerante em lata de 350ml vai de RS 3,80 a RS 6,50, variando em até 71%.

"Estagiário sob supervisão do subeditor Eduardo Muita

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/09/02/2021/p1>

Aqui jaz a Lava Jato - GUILHERME BOULOS

GUILHERME BOULOS

Sem choro nem vela. O encerramento silencioso da força tarefa de Curitiba, na semana passada, marcou um final melancólico para a Lava Jato. Nem Dallagnol com seu power point nem Sérgio Moro sob os nolfotes: ninguém compareceu ao funeral.

A história, sempre irônica, pregou mais uma de suas peças. Coube a Bolsonaro, que se elegeu graças à Lava Jato, selar o fim da operação. Com seu cinismo habitual, disse que resolveu acabar com ela porque "não tem mais corrupção no governo".

Compreendo o clamor que a Lava Jato e seus heróis produziram na alma de boa parte da população brasileira. Ver grandes empreiteiros, bilionários que sempre tripudiaram da lei, indo parar na cadeia dava a impressão de que o Brasil estava acertando as contas com o patrimonialismo. Parecia que a corrupção estrutural do nosso sistema político estava sendo enfim confrontada. Parecia...

Mas logo ficaram evidentes os objetivos políticos da operação. A atuação para viabilizar o impeachment de Dilma e prender Lula já entrou na galeria dos fatos mais escandalosos da história política nacional. O projeto a princípio não era eleger Bolsonaro. Preferiam os tucanos de estimação. Mas aprenderam que soltar pitbulls é muito mais fácil do que devolvê-los ao canil. O espetáculo lavajatista alimentou a antipolítica de tal modo que abriu caminho a uma caricatura como Bolsonaro. O mesmo caminho aberto ao grotesco Berlusconi pela operação Mãos Limpas na Itália.

O saldo econômico da Lava Jato não fica atrás. Os setores de óleo e gás, a engenharia pesada e a indústria naval foram devastados no Brasil. A perda no **PIB** foi de R\$ 187 bilhões, segundo a GO Consultoria, com efeito sobre milhões de postos de trabalho.

O jurista Walfrido Warde, no livro "O Espetáculo da Corrupção", o melhor sobre o tema, definiu a Lava Jato como instrumento de uma guerra comercial. Empresários corruptos devem pagar por seus crimes, mas o país e os trabalhadores não podem pagar junto. Sem falar no argumento "moral" para avançar na privatização da Petrobras e justificar políticas de Estado mínimo.

A Lava Jato acabou, mas as feridas seguem abertas. A divulgação das mensagens dá provas suficientes para o início da cicatrização. Sérgio Moro precisa responder criminalmente por suas ações. E o STF, se quiser resgatar a credibilidade perdida, tem que julgar a evidente suspeição nos casos em que Moro atuou contra Lula. Esse acerto de contas não apaga o estrago causado, mas pode ser o ponto de partida para o Brasil superar a lógica do espetáculo judicial e compreender o combate à corrupção a partir de uma profunda reforma política.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

32

Campanha quer imunizar todo o país via SUS até setembro



Luiza Trajano: "A gente não discute política, não procura culpado. A gente discute como levar a vacina até todas as pessoas"

Um grupo de empresários e entidades, capitaneados por Luiza Helena Trajano, do Magazine Luiza, e seu Grupo Mulheres do Brasil, está lançando o Unidos pela Vacina, movimento que visa facilitar a chegada do imunizante contra a covid-19 a todos os brasileiros até setembro.

Diferentemente do movimento empresarial anunciado em janeiro, que queria comprar vacinas doando ao menos metade das doses ao SUS e retendo a outra parte para seus funcionários, o objetivo desta iniciativa é resolver os entraves da vacinação pública, apoiando o Sistema Único de Saúde.

"O nosso objetivo é vacinar todos os brasileiros até setembro deste ano", escreveu Luiza Trajano em uma rede social, ao apresentar o logotipo da campanha. "Sim, vacina para todos até setembro deste ano! A gente não discute política, não procura culpado. A gente discute sim, como levar a vacina até todas as pessoas do nosso país", continuou a empresária.

A campanha foi desenvolvida pelo publicitário Nizan Guanaes.

O movimento planeja várias frentes, como facilitar a aquisição e produção de insumos, como seringas e agulhas, e ajudar na fabricação dos imunizantes, com o auxílio na logística e solução de problemas da Fiocruz e do Instituto Butantan, por enquanto os únicos a produzir imunizantes no Brasil.

"Queremos usar nossa experiência, nossa força, para ajudar a destravar os problemas", afirmou Marisa Cesar, CEO do Grupo Mulheres do Brasil. "Por exemplo, coisas que pelo rito normal demorariam um

mês, queremos solucionar em 15 dias", concluiu.

O ponto mais visível da atuação, contudo, será uma campanha publicitária em prol da vacina, que será veiculada em todo o país, em parceria com redes de TV. A ideia é reduzir a resistência à vacina, em um primeiro momento, e depois dar esclarecimentos práticos de como tomar o imunizante.

"Tem muita gente jogando contra, muitas pessoas com resistência à vacina, precisamos esclarecer isso", afirmou Marisa Cesar.

Algumas entidades, como a Federação Nacional de Bancos (Febraban) devem apoiar a iniciativa. Economistas afirmam que a vacinação é fundamental para a retomada da economia, além da questão sanitária.

O Itaú Unibanco, por exemplo, informou na semana passada que, se o ritmo de vacinação for lento, o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano será metade do previsto.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Dificuldade de conter a covid-19 atrasa a retomada da América Latina, diz FMI

A recuperação econômica da América Latina enfrenta riscos diante do fracasso da região em impedir a disseminação do coronavírus e da necessidade de novas medidas restritivas, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A atividade econômica da região não voltará aos níveis pré-pandemia antes de 2023, e o **PIB** per capita só se recuperará em 2025, mais tarde do que em outras partes do mundo, escreveram economistas do FMI, em post ontem.

Entre os fatores que contribuem para isso, o Fundo listou o fracasso em conter o número de novos casos de covid-19, a imposição de novas quarentenas e mudanças no comportamento das pessoas.

"O recrudescimento da pandemia ameaça impedir uma recuperação, que já é desigual, e aumentar os altos custos sociais e humanos", diz o post no blog do FMI.

Em videoconferência ontem, Alejandro Werner, diretor do FMI para a região, disse que os países precisam ter cuidado para não retirar estímulos fiscais muito cedo, o que pode comprometer recursos para o sistema de saúde e ajuda a setores mais vulneráveis. Os países com mais capacidade fiscal devem continuar a apoiar [os mais necessitados] e tomar esse apoio mais direcionado, acrescentou Werner.

Ele disse ainda que as grandes economias da região podem ter subestimado seu espaço para mais estímulos, visto que o baixo custo de empréstimos está ajudando a conter o gasto com juros, mesmo com o aumento da dívida em relação ao **PIB**, disse Werner. Os BCs de países com **inflação** bem ancorada devem manter a política monetária expansionista, afirmou.

Na semana passada, a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, disse que o aumento da dívida na região não era a principal preocupação do Fundo. "O que temos pedido na América Latina é que, por favor, os países se concentrem nas reformas que podem trazer mais vitalidade ao crescimento."

As projeções mais recentes do FMI são de que o **PIB** da América Latina e do Caribe cresça 4,1% neste ano e 2,9% em 2022. A projeção de crescimento da Colômbia para 2021 foi revista de 4% para 4,6%; a do Chile, de 4,5% para 5,8%.

Também foram alteradas as projeções para Brasil, de

2,8% para 3,6%; e México, de 3,5% para 4,3%.

A expectativa é que o Peru tenha uma das recuperações mais fortes da região, com crescimento de 9% neste ano e 5,2% em 2022. O Fundo rebaixou a previsão de **PIB** da Argentina, de 4,9% para 4,5%.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Amigo de Bolsonaro exonerado por voo da FAB volta ao Planalto

Daniel Carvalho - Brasília

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) levou de volta ao Palácio do Planalto José Vicente Santini, amigo da família que foi demitido do posto de secretário-executivo da Casa Civil em janeiro de 2020 após usar um jato da FAB (Força Aérea Brasileira) para uma viagem exclusiva à Índia.

Sua nomeação para o cargo de secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República foi publicada no "Diário Oficial da União" desta segunda-feira (8).

A publicação oficial não indica qual será o novo salário de Vicente Santini. Decreto presidencial de maio do ano passado diz que a função de secretário-executivo tem salário de R\$ 17.327,65. Até esta segunda-feira, Santini era assessor especial do ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente), cargo com salário de R\$ 13.623,39.

Ele será o número dois do ministro Onyx Lorenzoni, que em breve assumirá a Secretaria-Geral da Presidência. Hoje na pasta da Cidadania, ele era o chefe de Santini à época da demissão, quando comandava a Casa Civil. O retorno do auxiliar, porém, não é creditado ao ministro, mas ao próprio presidente, segundo seus auxiliares.

Santini é amigo da família Bolsonaro e chegou ao governo com respaldo dos filhos do presidente, que se refere a ele como "Cabeludo".

Procurado pela Folha na semana passada, quando a notícia sobre seu retorno ao Palácio do Planalto começou a circular, ele disse não sabia da indicação. "Continuo colaborando com o governo como assessor do ministro Ricardo Salles", afirmou.

No ano passado, então secretário-executivo da Casa Civil, Santini usou um jato da FAB com apenas três passageiros para voar da Suíça, onde participava do Fórum Econômico Mundial, para a Índia, onde Bolsonaro cumpria agenda oficial. Na ocasião, o presidente chamou de inadmissível o uso do voo oficial com apenas três passageiros.

"Inadmissível o que aconteceu. Já está destituído da função de executivo do Onyx [Lorenzoni]. Destituído

por mim. Vou conversar com Onyx para decidir quais outras medidas podem ser tomadas contra ele. É inadmissível o que aconteceu, ponto final", afirmou o presidente à época.

Ao dizer que Santini deixaria o cargo de secretário-executivo, Bolsonaro não excluiu a possibilidade de ele ocupar outras funções no governo federal. Para o presidente, a conduta do então secretário-executivo da Casa Civil havia sido "completamente imoral".

"O que ele fez não é ilegal, mas é completamente imoral. Ministros antigos foram de avião comercial, classe econômica. Eu mesmo já viajei no passado, não era presidente, para Ásia toda de comercial, classe econômica, e não entendi. A explicação que chegou no primeiro momento: 'Ele teve de participar de reunião de ministros por isso...'. Essa não, essa desculpa não vale", afirmou.

Um dia depois, porém, Santini ganhou novo cargo no Planalto, nomeado assessor especial da Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil. Ante a repercussão negativa, Bolsonaro afirmou que tornaria sem efeito a nova contratação.

Depois disso, em setembro do ano passado, Santini acabou reintegrado ao governo com um cargo de assessor especial de Ricardo Salles.

Vicente Santini é formado em direito pela Universidade Católica de Brasília e tem mestrado e doutorado pela UniCeUB. Antes de ser o número dois da Casa Civil, foi da Sub-chefia de Acompanhamento e Monitoramento, onde acompanhou casos como o desastre de Brumadinho (MG).

Ele conhece a família Bolsonaro dos círculos de militares, por ser filho de general do Exército. Desde que entrou para o governo, faz publicações com filhos do presidente, como o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Eles também já trocaram mensagens em tom elogioso um ao outro.

Acabou a mamata? Como o presidente reage a casos com aliados e família

Secom

"Se foi ilegal, a gente vê lá na frente". Assim Bolsonaro

reagiu em 2020 à revelação da Folha de que Fabio Wajngarten, chefe da Secom, recebia, por meio de empresa da qual é sócio, dinheiro de emissoras e agências de publicidade contratadas pelo governo

Laranjas do PSL

"Por enquanto não tem nada". Reação às reportagens da Folha que revelaram em 2019 o esquema das candidaturas de laranjas do PSL, que envolveu o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio

Flávio e a "rachadinha"

"Você já viu o Ministério Público do Rio de Janeiro investigar qualquer pessoa ou ato de corrupção, qualquer deslize de agente público do estado? É o estado mais corrupto do Brasil". Bolsonaro, após operação em 2019 que teve como alvo ex-assessores de Flávio na Assembléia no Rio. Desde que assumiu a Presidência, ele contesta ações de órgãos de controle para investigar seu núcleo familiar

Presidente confirma mudança de Onyx, mas nega reforma

Jair Bolsonaro confirmou nesta segunda (8) que Onyx Lorenzoni será deslocado do comando da Cidadania para a Secretaria-Geral da Presidência. À TV Bandeirantes ele disse que a alteração é a única mudança que pretende fazer agora na Esplanada dos Ministérios e que não prepara uma **reforma ministerial**. O deslocamento de Onyx foi noticiado pela Folha em janeiro. Apesar da negativa, o presidente negocia com o centrão alterações em sua equipe até o fim deste semestre.

"Inadmissível o que aconteceu. Já está destituído da função [...]. Destituído por mim.

É inadmissível o que aconteceu, ponto final"

"O que ele [Santini] fez não é ilegal, mas é completamente imoral. Ministros antigos foram de avião comercial, classe econômica." Eu mesmo já viajei [de classe econômica] Jair Bolsonaro ao exonerar Santini, em 2020

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

32

Bolsonaro afirma que Onyx vai para a Secretaria-Geral

Emily Behnke / BRASÍLIA Daniel Galvão

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o atual ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, vai assumir o cargo de ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

A mudança já era esperada e dada como certa por auxiliares do governo. Apesar da troca, o chefe do Executivo disse que "não existem" planos de realizar uma reforma ministerial para acomodar aliados.

"Onyx vai para a Secretaria-Geral da Presidência", declarou Bolsonaro em entrevista ao apresentador José Luiz Datena, da Band. A mudança marcará o retorno de Onyx ao Palácio do Planalto - ele já ocupou a cadeira de ministro-chefe da Casa Civil.

"Não existe isso (reforma ministerial)", disse o presidente.

Bolsonaro também rebateu críticas sobre ter negociado apoio de partidos do Centrão em troca de cargos no governo.

"Não é hora de trocarmos ninguém aqui para atender interesses políticos." O presidente negou ainda ter liberado emendas parlamentares em busca de apoio de parlamentares.

O chefe do Executivo lembrou que as emendas são "impositivas". Apesar disso, é o governo federal quem decide quando liberar os recursos. Como mostrou o Estadão/Broadcast, em janeiro, mês anterior às eleições para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado, houve liberação recorde de emendas parlamentares.

Além disso, o Estadão revelou que R\$ 3 bilhões em recursos extraorçamentários foram liberados para deputados e senadores, negociados diretamente pela Secretaria de Governo, comandada pelo ministro Luiz Eduardo Ramos. A destinação dos recursos foi uma das formas de o Planalto garantir apoio às candidaturas de Arthur Lira (PP-AL), eleito presidente da Câmara, e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente escolhido no Senado.

Itamaraty. Ainda na entrevista de ontem, Bolsonaro negou que esteja planejando substituir o ministro das

Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e disse que o chanceler tem "um bom relacionamento na área diplomática".

"Ele continua", afirmou.

No fim de janeiro, o vice-presidente Hamilton Mourão declarou que Araújo poderia ser demitido após a eleição no Congresso.

"Num futuro próximo, poderá ocorrer uma reorganização do governo para que seja acomodada a nova composição política que emergir desse processo.

Talvez, nisso aí, alguns ministros sejam trocados, entre eles o MRE (ministro das Relações Exteriores)", afirmou.

Questionado sobre a relação com Mourão, Bolsonaro disse ontem que "está tudo bem".

I EUA

Jair Bolsonaro afirmou ontem que pretende manter "bom relacionamento" com o presidente Joe Biden. "Mande uma carta para Joe Biden. Quando não tinha mais como recorrer, reconheci (a vitória do democrata)."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Agricultura entra na mira do Centrão para reforma ministerial

Apesar de o presidente Jair Bolsonaro negar repetidamente que vai repartir a Esplanada dos Ministérios entre partidos da base aliada no Congresso, políticos do Centrão seguem articulando nos bastidores para tentar abocanhar mais espaço no governo. Aliados do Executivo passaram a sugerir que a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, assumira o Ministério das Relações Exteriores. O movimento atenderia a dois desejos: substituir o chanceler Ernesto Araújo e liberar a Agricultura para indicações de parlamentares.

Um dos principais argumentos é que Tereza Cristina à frente da Agricultura demonstrou bom trânsito em diversas agendas internacionais. Recentemente, a ministra foi convocada a ajudar na interlocução com a China para a liberação de insumos destinados à fabricação de vacina contra a Covid-19.

A ministra mantém diálogo frequentes com o embaixador chinês Yan Wanming. No auge da tensão causada por declarações do ministro Ernesto Araújo e do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) por questões ideológicas, Tereza Cristina atuou para evitar retaliações comerciais.

Com o apoio do setor produtivo, a chefe da Agricultura também tem atuado para ratificar o acordo firmando entre Mercosul e União Europeia. Anunciado em 2019, o tratado enfrenta resistência de países europeus que citam a política ambiental do governo Bolsonaro para sacramentar o acordo.

A pasta da Agricultura é cobiçada porque aglutina interesses do agronegócio e da bancada ruralista, uma das maiores e mais poderosas do Congresso. O setor está com Bolsonaro desde a eleição. É um órgão com muita capilaridade, propício a indicações políticas, e tem empresas em seu guarda-chuva, como Embrapa e Conab, que também interessam ao Centrão.

A defesa de Tereza Cristina para o Itamaraty também usa como argumento o fato de que ela poderia estabelecer com o vice-presidente Hamilton Mourão, presidente do Conselho Nacional da Amazônia, uma relação mais próxima na área ambiental. O Ministério do Meio Ambiente é comandado por Ricardo Salles que, apesar de criticado, foi garantido no cargo por Bolsonaro.

Em meio à expectativa de uma **reforma ministerial**, o nome de Tereza Cristina também foi citado para assumir a Secretaria de Governo e a Casa Civil. Segundo um importante interlocutor do governo no Congresso, o objetivo é abrir o espaço na Agricultura para parlamentares.

Aliado de Bolsonaro, o presidente do Progressistas, o senador Ciro Nogueira (PI), defende abertamente a substituição do chanceler Ernesto Araújo. Em entrevista ao jornal "Valor Econômico", na semana passada, o parlamentar defendeu mudança no Itamaraty.

- Criou-se uma imagem mundial muito ruim para o país, que foi superdimensionada pela situação do Itamaraty. E aí estou falando como senador, não como governo. Eu acho que deveria ser modificado. Se isso acontecer, a Bolsa sobe 30%. A condução tem que mudar, a condução do Itamaraty hoje prejudica o país. Ou o ministro muda, ou muda a condução-disse.

MINISTÉRIO VAGO

Em conversa com interlocutores na tarde de ontem, a ministra Tereza Cristina negou que saiba de qualquer mudança. Ela reafirmou que pretende seguir na chefia da Agricultura.

Ontem, Bolsonaro, em entrevista à TV Band, voltou a negar que esteja negociando ministérios com o grupo de partidos chamado de Centrão, apesar de a pasta da Cidadania ter sido prometida para o Republicanos. O presidente confirmou que o ministro Onyx Lorenzoni será deslocado do Ministério da Cidadania para a Secretaria-geral da Presidência:

- Hoje o meu relacionamento com esses parlamentares do centro está harmônico, sem problema nenhum. Não dei nenhum ministério para eles. Estão dizendo agora que eu vou dar um banco para o Centrão. Não existe isso. Eu tenho um ministério vago, aqui da Secretaria-geral, que a previsão é trazer o Onyx Lorenzoni para cá e botar uma outra pessoa no Ministério da Cidadania. Isso que está previsto no momento.

Depois, o presidente confirmou a troca, referindo-se a Onyx:

-Para a Secretaria- Geral.

Bolsonaro também negou que fará uma **reforma ministerial** e disse que o Centrão - que, segundo ele, é chamado assim "pejorativamente"-tem "responsabilidade" e não cobra troca de ministros.

- Não existe isso (**reforma ministerial**). Fisicamente, ninguém me cobra, do Parlamento, isso. Ninguém quer isso - disse o presidente, acrescentando:

- O Parlamento sabe, o pessoal que dizem, pejorativamente, (ser) Centrão, os partidos de centro, eles têm responsabilidade, sabem como está o Brasil. Não é hora de trocarmos ninguém agora para atender interesse político.

O presidente disse também na entrevista que Araújo "continua" no cargo. Aliados que defendem a mudança pretendem continuar insistindo até convencê-lo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsonaro fala em "linha de corte" para volta de auxílio



Presidente Jair Bolsonaro: dólar pode ir a R\$ 6 se não houver cautela com retorno de auxílio emergencial

Matheus Schuch, Estevão Taiar, Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto

O presidente Jair Bolsonaro confirmou ontem que o governo trabalha para retomar o pagamento de um auxílio emergencial. O benefício, segundo ele, terá uma "linha de corte" em relação ao número de pessoas que o receberam no ano passado. No Congresso, a expectativa é que a proposta chegue após o Carnaval e alcance entre 20 milhões e 25 milhões de brasileiros.

Sem entrar em detalhes sobre o formato do benefício, Bolsonaro disse que o país está endividado e, por isso, é necessário ter cautela com novos gastos.

"Eu acho que vai ter. Vai ter uma prorrogação. Foram cinco meses de R\$ 600 e quatro meses de R\$ 300.0 endividamento chegou na casa dos R\$ 300 bilhões. Isso tem um custo", argumentou, após ser questionado sobre o retorno do benefício durante entrevista à TV Band.

O presidente admitiu que tem sido pressionado a autorizar um novo benefício, mas defendeu cautela. "Se você não fizer com responsabilidade isso, você acaba tendo a desconfiança do mercado, aumenta o valor do dólar, passa para R\$ 6. Fica uma bola de neve", acrescentou.

No Ministério da Economia, o planejamento prevê o pagamento de parcelas de R\$ 200 por três meses. O benefício, de acordo com o jornal "Folha de S. Paulo", poderá estar atrelado à exigência de que o beneficiário faça um curso de qualificação e seja associado à Carteira Verde e Amarela, programa que deve ser relançado pelo governo para reduzir encargos trabalhistas e estimular a formalização de pessoas de baixa renda.

Questionado ontem, Guedes disse que não decide sozinho o valor do auxílio e que a medida precisa estar em sintonia com o compromisso de equilíbrio fiscal.

"Não sou eu [quem decide]. Isso é todo mundo junto", afirmou, ao ser questionado se já havia definido qual será o valor do benefício. "Isso é uma coisa mais difícil. Nós estamos conversando, tem que ter o compromisso com a responsabilidade fiscal".

A pressão para a retomada do auxílio vem, em grande parte, do Congresso. Conforme o deputado Silvano Costa Filho (Republica-nos-PE), a equipe econômica sinalizou que aqueles que receberem Bolsa Família não serão contemplados. Por isso, o governo trabalha para engordar o número de beneficiários do programa social para esvaziar o grupo que receberá o auxílio emergencial.

Já o novo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendeu ontem que não se pode condicionar novas rodadas de auxílio à aprovação de propostas de ajuste fiscal, como a PEC Emergencial e estimou que ainda nesta semana possa haver encaminhamento.

"É preciso evidentemente compatibilizar uma forma de ajuda e auxílio com a responsabilidade fiscal, com o equilíbrio das contas públicas. E eu estou com muita expectativa, positiva mesmo, de que a gente tenha uma solução disso nesta semana", disse, em entrevista à Globo News.

Enquanto tenta atuar de forma coordenada com o Congresso para evitar a extensão de benefícios além do que o Executivo considera possível, Bolsonaro também analisa com auxiliares, como reagirá à medida provisória que reduziu de dez para cinco dias o prazo para que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) analise os pedidos de uso

emergencial de vacinas no Brasil.

O presidente antecipou que considera um erro, mas ainda analisa os efeitos de um veto, e

disse que discorda do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), que criticou a eficiência do trabalho da agência.

Depois de fazer discursos contrários aos imunizantes, Bolsonaro agora admite que "a chance de voltarmos à normalidade na economia aumenta exponencialmente" com a vacinação.

Na entrevista à Band, Bolsonaro confirmou que Onyx Lorenzoni deixará o Ministério da Cidadania para assumir a Secretaria-Geral da Presidência e negou que dará um banco público ou fará **reforma ministerial** para acomodar aliados do Centrão.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>